

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
ESCOLAR**

8,5

O PAPEL DO SUPERVISOR NO ÂMBITO ESCOLAR

VANDERLI PACHECO CASSIMIRO

ORIENTADOR: PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO

CORUMBIARA / 2007.

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
ESCOLAR**

O PAPEL DO SUPERVISOR NO ÂMBITO ESCOLAR

VANDERLI PACHECO CASSIMIRO

e-mail: jc.informática.carlo@terra.com.br

ORIENTADOR: PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO

“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Especialização em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar”.

CORUMBIARA / 2007.

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
ESCOLAR**

BANCA EXEMINADORA

**ORIENTADOR
ILSO FERNANDES DO CARMO**

DEDICATÓRIA

A minha família, riqueza, força e
motivação maior em minha vida.

A Deus, ser sem igual, força maior
neste universo.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus Supremo, a quem sempre relatei meus agradecimentos, e sempre esteve me iluminando e renovando a minha esperança em um futuro mais verdadeiro e sem guerras.

“O Senhor é meu Pastor, nada me
faltará”.

Salmos 23

RESUMO

A presente monografia apresenta uma pesquisa bibliográfica referente ao papel do Supervisor no âmbito Escolar, e tem como objetivo enfatizar a questão do trabalho do Supervisor Escolar que procura exercer a democratização educacional, visando a participação de todos os envolvidos e comprometidos com a causa.

Um dos grandes desafios da prática do Supervisor participativo é fortalecer a relação entre a comunidade e a escola, pois participar é estar comprometido nas ações executadas dentro da instituição.

O Supervisor deve buscar ambientes que venham fortalecer a participação das pessoas nas ações desenvolvidas na escola. Envolver o corpo docente e a comunidade local e escolar é uma tarefa árdua, pois articula interesses, sentimentos e valores diversificados. Cabe a equipe da escola desenvolver metodologias para motivar os indivíduos a se envolver e participar da vida escolar. Uma escola não é uma unidade isolada. Ela integra uma rede que também está contida no processo educacional. É relevante que o Supervisor de uma consciência de que tudo acontece nela é condicionado por fatos que objetivam o planejamento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
1.- A Participação do Supervisor no Âmbito Escolar	11
1.1- O Pedagógico e o Administrativo na Ação Supervisora	12
1.2- Supervisão Transformação em Prática	12
1.3 – Reconhecendo o Terreno	13
CAPÍTULO II	
2.- A Supervisão Educacional em Perspectiva Histórica	15
2.1- Supervisão e o Processo Educacional	16
2.2- O Supervisor e Sua Formação	19
CAPÍTULO III	
3.- As Relações do Supervisor	21
3.1- Escola e Supervisor: Luta Constante	21
3.2 – Elo de Ligação: Supervisão e o Corpo Docente	22
3.3 – Supervisor e Alunos: Amizade Preciosa	22
3.4 – Parceria Produtiva: Supervisor e Diretor	23
3.5 – Supervisor e Comunidade: Uma Conquista Necessária	24

CONSIDERAÇÕES FINAIS 26

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 28

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa monográfica enfatiza a questão do trabalho do gestor escolar, onde possa estar desenvolvendo ações baseadas nos princípios da Supervisão Participativa e como a mesma pode influenciar na mudança do contexto social em que a escola pode ser inserida.

Atualmente, um grande desafio da escola é realizar a construção de relações que venham neutralizar as discriminações, superando obstáculos e valorizando as características de cada grupo que compõe a nossa sociedade. Sendo assim, a escola deve ver um local, onde a igualdade é essencial por sermos todos diferentes, logo oportunizado em geral o acesso ao saber, estimulando a produção e possibilitando a diminuição do fracasso escolar que muito exclui os alunos. Obviamente uma atividade de funcionamento, só será possível através da tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania.

Identificar o contexto e as relações institucionais em que desenvolve a prática escolar é uma competência necessária para um bom desempenho do Supervisor. O Supervisor escolar pode ser o elo de ligação que falta para que haja aproximação entre a escola, comunidade e outros.

O Supervisor, sem dúvida, desempenha um papel fundamental e marcante dentro do contexto social da escola. Esse motivo, nos alerta para colocar uma questão em debate. Pode haver influência do Supervisor Participativo na mudança do contexto social?

Nos dias de hoje, a administração escolar apresenta necessidades urgentes de mudanças, sendo assim, pais, alunos, diretores e professores, poderão se organizar e definir

como a escola que desejamos deve ser estruturada em virtude de um futuro melhor. O Supervisor Participativo é um fator relevante para uma transformação qualitativa, sendo instrumento para a construção e defesa da cidadania.

Em eficácia de que a participação das pessoas vem contribuir para melhorar a aprendizagem dos alunos e auxiliar na resolução de problemas, surge a hipótese que a participação dos indivíduos no processo decisório das ações a serem desenvolvidas na escola colaboram para um bom avanço na trajetória que a escola percorre. Logicamente, esta participação deve envolver não só os funcionários da escola, mas todos os segmentos, como os pais, os alunos e demais instituições que possam estar colaborando com o processo participativo escolar.

No percurso desta pesquisa, abordaremos termos de suma importância para que o processo do Supervisor Participativo possa estar influenciando e ocasionando uma transformação do meio social.

No primeiro capítulo estará abordando a Participação do Supervisor no âmbito Escolar, que ao longo do tempo vem ganhando espaço e tendo mais autonomia para aplicar seus objetivos. Apresentará também bases legais que autorizam a supervisão a serem desenvolvidas.

Em um segundo momento será relatado a Supervisão Educacional em Perspectiva Histórica, o conceito participativo, a função que o gestor deve exercer e a responsabilidade que a comunidade tem sobre a instituição em que seus filhos estudam.

Finalizando o terceiro capítulo apresenta as realizações do Supervisor onde ocorrem as trocas de idéias, a ajuda mútua e o “espírito” de sermos educadores.

CAPÍTULO I

1. - A PARTICIPAÇÃO DO SUPERVISOR NO ÂMBITO ESCOLAR

Para Antônio Carlos Caruso Ronca (et al), in: Alves (2000: 31), a superação dessa situação é um desafio que oferece ao Supervisor, numa escola, compete ao Supervisor criar condições para que os educadores que ali trabalham possam rever a sua atuação; não só contatar que a escola vai mal, mas principalmente perceber o seu papel neste contexto e o que fazer para melhorar a situação.

Segundo Medina in Mary Rangel e Celestino Alves da Silva Junior:

“É também indispensável que se entenda que o espaço ocupado pelo Supervisor na escola não lhe garante privilégios, pelo fato de não estar regendo classe: ao contrário, atribui-lhe um trabalho amplo na escola envolvendo a ação dos professores, o anseio da comunidade e o desejo dos alunos. Essa ação requer do Supervisor habilidade e conhecimentos para participar” (2004: 33).

Definidos os conceitos de política, planejamento, política, gestão e avaliação, percebe-se a prática profissional da supervisão com trabalho de coordenação e “controle” da prática pedagógica: percebe-se a prática profissional da supervisão como interprete do significado das políticas e das práticas pedagógicas no duplo movimento que possa realmente comprometer-se com os princípios e as finalidades da educação.

Segundo Newton Cezar Balzan. In: Nilda Alves (2000: 57),

“... é muito importante que os supervisores participem do trabalho de seus professores; e que estejam presentes às salas de aulas, que discutam como eles os aspectos observados e que façam em função daquilo que ambos entendem por educação, para isto, o supervisor deve encontrar tempo, quanto mais ele o “roubar” de suas atividades burocráticas, tanto melhor para ele e para os professores”.

O que importa é que ele haja, que viva no trabalho do dia-a-dia, elaborando momentos de estudos dirigidos aos professores. É importante refletir e incentivar a reflexão sobre aquilo que se passa nas salas de aulas, os problemas didáticos, a atuação dos professores, e as situações sociais, econômicas e culturais dos educandos, faz-se necessário que o supervisor, além de sua formação pedagógica, adquirida, conhecimentos mínimos essenciais sobre as várias disciplinas.

1.1 – O PEDAGÓGICO E O ADMINISTRATIVO NA AÇÃO SUPERVISORA

Celestino Alves da Silva Junior (2004: 91), a multiplicidade das tarefas pelas quais responde habitualmente o supervisor é, em realidade a maior razão de sua dificuldade em compartilhar com os demais educadores a imensa tarefa da organização do trabalho coletivo na escola.

Supervisão escolar supõe a supervisão da escola nos serviços administrativos de funcionamento geral, como também os pedagógicos.

Supervisão pedagógica refere-se à abrangência da função “olhar sobre”, o pedagógico oferece condições de coordenação e orientação.

A supervisão escolar tem como objetivo específico o processo de ensino-aprendizagem, sendo que esse mesmo processo inclui currículos, programas, planejamentos, avaliação, métodos de ensino e recuperação, logo é essencial que o supervisor tenha clareza dos valores inerentes a cada assunto.

Segundo Mary Rangel, in: Ferreira, (2002), pensar a maneira como se intitula, pois o nome é essencialmente, uma identificação, uma atribuição a identidade.

Com isso se revela o ponto central entre essas duas atividades o que dá sentido ao trabalho administrativo / supervisor em educação é o seu caráter de suporte ao trabalho pedagógico e o pedagógico como um determinante do trabalho administrativo. Para tanto, o que nos ausenta é a consideração do aspecto de administrar sendo parte do exercer pedagógico.

1.2 – SUPERVISÃO TRANSFORMAÇÃO EM PRÁTICA

A postura do supervisor deve ser de alguém que pensa sobre sua própria realidade, devendo construir junto aos professores o sentido original de planejamento, com atitude, revelando o modo de ser, implicando conhecimentos e reflexão sobre o real em que se pretende atuar, observando os resultados colhidos e uma verificação de novas metas de trabalho. Mais do que em qualquer outro domínio da atividade humana, a supervisão em educação se apresenta como um instrumento vital de controle da qualidade do produto no que este conceito tem de mais nobre. Por outras palavras, ela deve ser entendida como o ver crítico, construtivo, vitalizador, tendo-se em vista seu desenvolvimento e transformação para melhor.

O sentido da ação supervisora só se fará possível, com uma essencial revisão profunda do relacionamento entre diretor e professores da escola.

“E sonha-se com a supervisão que acompanha, controla, avalia, direciona as atividades da escola, evitando ‘desvios’ na direção do seu sucesso”.

Nessa concepção as habilidades do supervisor se definem e se realçam. O ‘super’-visor, então será aquele capaz de pensar e agir com inteligência, equilíbrio, liderança, autoridade, ‘dominando’ conhecimentos técnicos e de relações humanas. (Mary Rangel, in Ferreira 2002: 71).

Para Gadotti (2003: 89), a educação é obra transformadora, criadora. Ora, para criar é necessário mudar, perturbar, modificar a ordem existente. Fazer progredir alguém significa modifica-lo. Por isso, a educação é um ato de desobediência e desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, uma pré-ordem. Uma educação autêntica re-ordena. É por essa razão que ela perturba, incomoda. É nessa dialética ordem-desordem que se opera o ato educativo, o crescimento espiritual do homem. Precisamos de certa incoerência para crescer. Educar-se é colocar-se em questão, reafirmar-se constantemente em relação ao humano.

1.3 – RECONHECENDO O TERRENO

A chegada de um novo supervisor a uma unidade escolar é sempre um momento de tensão num campo de forças e de poder. A realidade apresentou-se pior que o esperado.

A prática do supervisor se dá numa sociedade de classes, que apresenta sérias contradições tanto no próprio sistema educacional, como na forma de se encarar a educação.

Para entrar na práxis e conseqüentemente superar o ativismo ou verbalismo é indispensável que o supervisor perceba a relação que existe entre os problemas que enfrenta

na escola e o contexto social, político e econômico no qual a escola está inserida. Para tanto, é necessário não só que o supervisor esteja convencido de que o mundo não termina no portão da sua escola, mas que também ele esteja realmente informado do que ocorre na sociedade brasileira e procure perceber de que forma a sua prática é influenciada por este contexto e por outro lado o que é possível fazer para alterar esse contexto.

Podemos levantar com tranqüilidade a hipótese de que durante a sua formação o futuro supervisor vai se deparar com professores. Para que possamos sair dessa situação muita coisa deve ser assumida pelas diversas associações de educadores que nos últimos anos surgiram no país.

A supervisão escolar deriva de uma relação de força entre o poder controlador e as várias unidades, públicas e privadas que ministram a educação. O confronto de forças entre o macro e o micro sistema de ensino converge na figura do supervisor, herdeiro moderno do inspetor de ensino.

A supervisão é a representação legal da relação de força entre o Estado e a escola. Se o supervisor assume com os educadores uma postura de parceira ao invés de imposição, pode servir tanto a burocracia estatal como à escola, ajudando a torná-la viável, autônoma e sedutora.

Neste aspecto é necessário repensar o papel que o supervisor vai desempenhar para capacitar-se e capacitar o professor e, juntos, enfrentarem a tarefa de educar as crianças que estão em nossas escolas. Deve ser superado o papel tradicional desempenhado por muitos supervisores no sentido de resumir a sua prática na cobrança de planos, estratégias, objetivos e avaliações que devem ser executadas pelo professor mais do que pretende ensinar novas metodologias de ensino, a grande questão que se coloca ao supervisor em nossas escolas é encontrar alternativas de ação que possibilitem ao professor viver a práxis, isto é, como possibilitar aos professores ocasiões para que eles juntos possam rever a própria prática.

CAPÍTULO II

2. A SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Não há dúvida de que o mundo vive uma mudança de paradigma, um desconforto de todos em busca de respostas diante de tantas mudanças. A possibilidade de manter-se informado sobre diversos assuntos provenientes de diversas partes do mundo instantaneamente era algo inimaginável para as pessoas, há apenas algumas décadas atrás.

Durante o século XVIII e princípio do século XIX, a supervisão manteve-se dentro de uma linha de inspecionar, reprimir, checar e monitorar. Somente em 1841, em Cincinnati, surgiu a idéia de supervisão relacionada ao processo de ensino, sendo que até 1875 estava voltada primordialmente para a verificação das atividades docentes.

No final do século XIX e início do século XX, a supervisão passou a preocupar-se com o estabelecimento de padrões de comportamento bem definidos e de créditos de aferição do rendimento escolar, observando à eficiência do ensino.

No começo do século XX, pode-se verificar a utilização dos conhecimentos científicos na melhoria de ensino e na medida dos resultados de aprendizagem dos alunos. A supervisão, então, se propõe a transmitir, explicar, mostrar, impor, julgar e recompensar.

Nos anos 20, vê-se uma maior influência na ciência comportamental na supervisão, sendo possível iniciar novos princípios nas organizações educacionais, sendo o supervisor o novo líder democrático.

No Brasil, a supervisão surgiu através da Reforma Francisco Campos – lei 19.890 de 1814 / 1931, mediante cursos promovidos pelo Programa Americano-Brasileiro de

Assistência ao Ensino Elementar (Probase), onde formou a primeira turma de supervisores escolares para atuar no ensino e ao preparo do professor leigo.

Nos anos 70, em todos os Estados da Federação, a supervisão ganhou força institucional com a nova lei de diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, lei 5.692/71 (Brasil, Congresso Nacional, 1971).

Supervisão engloba atividades de assistência técnico-pedagógica e de inspeção administrativa, tornando mais abrangente para atingir não só a escola, como todo o sistema.

Nesse sentido, a supervisão escolar desenvolveu uma prática voltada para os aspectos tecnoburocráticos do ensino, onde o controle era a principal estratégia que iria assegurar seu papel reprodutor na sociedade brasileira. Sendo assim a formação dos supervisores se da voltada para o desenvolvimento de uma concepção de supervisão escolar funcionalista, concepção que percebe qualquer mudança, negando-se, portanto, o caráter dinâmico e evolutivo da instituição-escola e da sociedade (Medeiros, in Mary Rangel e Celestino A da Silva Junior, 2004, p 24).

Chega-se aos anos 90 reconhecendo que a supervisão pode fazer uso da técnica sem conotações. Portanto, de uma função que contextualizada, insere fundamentos e nos processos pedagógicos, auxiliando e promovendo a coordenação das atividades desse processo e sua atualização, pelo estudo e pelas práticas coletivas dos profissionais, E é assim que iniciamos o ano de 2000.

E com este foco é importante pensar que, a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, MEC, 2001), a supervisão educacional poderá ser uma grande aliada do professor associada à avaliação crítica desses parâmetros, mas para que possa alcançar esse objetivo, é necessário que essa supervisão seja vista de uma perspectiva baseada na participação e na flexibilidade, para finalizar, reconhece-se à necessidade, cada vez maior do supervisor e o professor serem parceiros, com posições e interlocuções definidas e garantidas na escola.

Isso sim deve ser o nosso desafio e a nossa esperança.

2.1 – SUPERVISÃO E O PROCESSO EDUCACIONAL

A separação entre o administrativo e a parte técnica é condição para o surgimento da figura do supervisor como distinta do diretor e também do inspetor. Na divisão

do trabalho nas escolas, cabe ao diretor a “*parte administrativa, ficando o supervisor com a parte técnica*” (Nereide Saviani, in: Ferreira 2002: 13). E é quando se quer emprestar a figura do inspetor um papel predominante de orientação pedagógica e de estímulo à competência em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições, que esse profissional passa a ser chamado de supervisor.

Segundo Saviani, in Ferreira (2002: 13), ao refletir sobre esse tema parece-me, nosso modo, que função supervisora, implicitamente acompanha a ação educativa desde suas origens. Na medida em que essa função vai sendo explicitada, esboçando-se o espírito a idéia de supervisão, isto é, a representação mental da função supervisora, abre-se o caminho para, mais tarde, se colocar a questão da ação supervisor como profissão, isto é, como um especialista com contornos definidos, implicando determinadas qualificações que exigem uma formação específica.

Segundo Saviani, in, Ferreira, (2002: 16):

“Provavelmente a forma de manifestação de função supervisora pode ser encontrada na figura do pedagogo tal como se configurou na Grécia. Etimologicamente significando aquele que conduz a criança ao local de aprendizagem, o pedagogo era inicialmente, na Grécia Antiga, o escravo que tomava conta da criança e a conduzia até no mestre do qual recebia a lição”.

É com este parecer que se dá a tentativa mais radical de se profissionalizar a função do supervisor educacional.

Em seu início a supervisão escolar foi praticada no Brasil em condições que produziam o ofuscamento e não a elaboração da vontade de supervisor. Isso era exatamente o objetivo pretendido com a supervisão que se introduzia. Por uma sociedade controlada, uma educação controlada, um supervisor controlador e também controlado.

Como o ensino vive em constante transformação e sabendo que a composição do magistério é heterogênea, dois fatores que exigem a presença do supervisor. Ele evita que a rotina se torne arraigada no ensino, desenvolve treinamentos para a renovação, enfim, coordena as atividades pedagógicas, atua na interação escolar e comunidade, assumindo o papel de coadjuvante no processo educativo.

Segundo Rangel:

“Supervisor” ‘o que procura a visão sobre’ no interesse da função coordenadora e articuladora de ações, é também quem estimula oportunidades de discussão coletiva, crítica e contextualizada do trabalho. Esta discussão na América Latina se faz especialmente necessária, considerando a importância do movimento de emancipação social. E o

'especialista' supervisor, como educador e profissional, tem o seu papel estreitamente vinculado e comprometido com este movimento. (Mary Rangel, 2004: 147).

Para Medina (1997): in Mary Rangel e Celestino Alves da Silva Junior (2004), a ação do supervisor, por isso pode-se dizer que se desenvolve de maneira direta quando há a presença física do professor, e indireta quando não há essa presença. Nas ações indiretas incluem as seguintes atividades: manter um clima de abertura, cordialidade, encorajamento, fortalecer o sentimento grupal, trabalhar com os professores partilhando idéias, estimulando e fortalecendo as lideranças, propiciando as trocas de experiências, as reflexões sobre a prática, mostrando caminhos e alternativas.

Segundo Antonia da Silva Medina in: Mary Rangel e Celestino Alves da Silva Junior (2004), essa forma de agir da supervisão centrada na formação dos professores, não implica o abandono das tarefas rotineiras como:

- Realizar levantamento estatístico de rendimento dos alunos;
- Organizar mural da escola;
- Controlar o preenchimento dos diários de classe (livro de chamada) dos professores;
- Controlar o cumprimento da carga horária dos professores e as aulas dadas e previstas na grade curricular;
- Providenciar substituição de professores regentes de classe, nos casos de absenteísmo;
- Ajudar na confecção de materiais didáticos;
- Realizar trabalhos para serem aplicados aos alunos.

Para que o sucesso do supervisor seja alcançado, o mesmo deve explicar as contradições, trabalhando no grupo da escola, as diferenças, fazer a leitura da escola considerando sua singularidade, criar formas próprias de conhecimento, ser o problematizador e não um facilitador, ver na proposta pedagógica uma possibilidade de reconstrução da escola, tendo como base a vida humana.

Para Mary Rangel, (2004: 149), o supervisor apresenta-se, então, como um líder que mobiliza, que dinamiza encontros para discussão e atualização teórica das práticas.

2.2 – O SUPERVISOR E SUA FORMAÇÃO

O perfil deve ser o de possuir uma visão ampla e profunda sobre os problemas educacionais, ter vivência com nível de docência e competência técnica, ser comprometido com a causa educacional, ser criativo, flexível e inovador, ser atuante e principalmente ser profissional e saber conquistar sua autonomia.

Segundo Ferreira:

“Como prática educativa ou como função a supervisão educacional, independente de formação específica em uma habilitação no curso de pedagogia, constitui-se num trabalho escolar que tem o compromisso de garantir a qualidade do ensino, da educação, da formação humana”. (2002: 237).

Sob a visão da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu artigo 64, nos informa que a formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional para a Educação Básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação a critério da instituição de ensino, garantidos nessa formação, a base comum nacional.

A formação do supervisor comete-lhe a competência legal de atuar como um elemento de articulação do dinamismo do projeto técnico-pedagógico da escola, sua função precípua é irradiar energia estimuladora para a manutenção de um clima participativo. Atribuição tão estratégica na escola contribui para que o profissional da área de supervisão escolar tenha recebido, ao longo do tempo, diferentes denominações, tais como: orientador pedagógico, coordenador pedagógico, supervisor pedagógico, supervisor educacional, supervisor do ensino e superior de ensino. O grande horizonte de trabalho do supervisor é a qualidade da produção do ensino.

Para Myrtes Alonso in: Ferreira, (2002), essa forma de conhecer a supervisão, centrada na formação dos professores, não implica o abandono das tarefas rotineiras, mas indica um redirecionamento do trabalho dos agentes, cuja atenção deverá voltar-se para os problemas que ocorrem na sala de aula, com os professores, e outras questões mais amplas que dizem respeito à escola e a seu exterior, tomando consciência das mudanças que estão acontecendo na sociedade e das novas demandas que se colocam para a educação. Significa pensar em agentes de supervisão bem preparados, atualizados e dinâmicos, sensíveis, mas também e, sobretudo, preocupados com o destino dos alunos e com as responsabilidades da escola para com a comunidade.

Segundo Maria Violeta Villas Boas, in: Nilda Alves (2000), sem dúvida o sucesso depende, em boa proporção, do relacionamento que se estabelece entre supervisores e supervisionados. É no respeito à personalidade do companheiro de trabalho, na justa valorização não só da produção, mas do empenho com que ela se aplica, no suporte oferecido no momento necessário, em seu envolvimento nas ações como pessoa e educador, em resumo na criação de um clima ao mesmo tempo de empatia, segurança e estimulação, que repousa o êxito do comportamento do supervisor.

Para tudo isso, a prática da educação exige do supervisor, uma constante avaliação crítica do seu próprio desempenho e um esforço contínuo de aperfeiçoamento como técnica, mas especialmente, como pessoa. Para isso, deverá cultivar o maior grau de efeito interativo, condições de mobilizações das energias dos professores no sentido dos objetivos educacionais perseguidos.

Assim compreendida a supervisão torna-se clara a mudança de paradigma, uma vez que a supervisão perde o seu caráter normativo, para tornar-se uma ação crítica-reflexiva junto ao professor. O papel do supervisor ganha novas dimensões, passando de controlador e direcionador para estimulador e sustentador do trabalho docente.

CAPITULO III

3. – AS RELAÇÕES DO SUPERVISOR

3.1 – ESCOLA E SUPERVISOR: LUTA CONSTANTE

É indispensável que se entenda que o espaço ocupado pelo supervisor na escola não lhe garante privilégios, pelo fato de não estar regendo classe; ao contrário, atribui-lhe um trabalho amplo na escola, envolvendo a ação dos professores, os anseios da comunidade e o desvio dos alunos. Essa ação requer do supervisor habilidades e conhecimentos para participar. Ao mesmo tempo, é interessante que o supervisor observe o que se desenvolve no cotidiano da escola, registrar as faltas que houve, os gestos que revelam os pensamentos necessários para refletir a ação vivida pelos professores que, como homens e mulheres trabalhadores (as) carregam o fardo da sociedade.

Para Antonia da Silva Medina:

“Como as escolas não são iguais, são unidades diferentes ligadas a um mesmo sistema de ensino, a forma que o supervisor utiliza para investigar seu espaço não pode ser a mesma. Cada escola possui especificidade em termos de comunidade, alunos, professores e administração. A forma como a escola foi constituída a disposição dos pavilhões, das salas de aulas, dos corredores, do pátio (em relação ao espaço que a circunda), e, ainda a receptividade e a disponibilidade da comunidade para com a escola e a escola para com a comunidade apresentam diferenças acentuadas de uma escola para a outra. Isto indica a impossibilidade de existir atuação igual para o supervisor para todas as escolas”. (Medina, 1997: in Mary Rangel e Celestino Alves da Silva Junior 2004: 34).

Cada escola tem sua forma própria de encaminhar o trabalho do supervisor considerando suas necessidades, seus desejos e os projetos de desenvolvimento como unidade do sistema de ensino.

Os objetivos reais do supervisor para com a escola são os de proporcionar oportunidade de desenvolvimento profissional para os professores, sensibilizar a todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, quanto aos objetivos da educação e aos objetivos da escola, favorecer o desenvolvimento do espírito de grupo a fim de que todos trabalhem cooperativamente para a efetivação dos conteúdos programáticos, trabalhar para a constante integração entre escola e comunidade, trabalhar para tornar o ensino o mais eficiente possível e esforçar-se para uma constante atualização dos trabalhos escolares com a realidade social a fim de evitar o afastamento da escola da realidade presente.

A escola deve ser um lugar onde os valores morais são pensados, refletidos, e não somente impostos ou frutos do hábito, logo, a escola deve ser o lugar onde os alunos desenvolvem a arte do diálogo.

3.2 – ELO DE LIGAÇÃO: SUPERVISOR E O CORPO DOCENTE

O supervisor deverá ter encontros com os mesmos antes de entrarem em serviços, certificando-os de como funciona a escola e a supervisão, de maneira a predispor-lo a aceitar o serviço e, mais que isso, entusiasmá-lo a cooperar.

Segundo Medina:

“O supervisor, tomando como objeto de seu trabalho a produção do professor, afasta-se da atuação linear, hierarquizada, burocrática que vem sendo questionada por educadores e passa a contribuir para um desempenho docente mais qualificado”. (Medina, 1997: in Mary Rangel e Celestino Alves da Silva Junior 2004: 31).

Compreendo o supervisor também como profissional da educação, professor que já foi e ainda pode se regente de classe. Como regente de classe, o supervisor vivenciou experiências que o professor está vivenciando.

É relevante que o supervisor focalize a realidade do precioso de ensinar e aprender, usando métodos que possam possibilitar um trabalho voltado para a ação cotidiana do realizar do professor como regente de classe.

3.3 – SUPERVISOR E ALUNOS: AMIZADE PRECIOSA

O supervisor, de modo geral, ainda encontra dificuldades para se relacionar com os alunos, pois, advém de muitos tempos a idéia de que o supervisor era somente um

carrasco disciplinador que só aparecia na escola quando por alunos rebeldes para castiga-los e humilha-los diante de seus amigos, pais e sociedade. O próprio professor, às vezes utiliza esse passado para ameaçar os alunos.

Conquistar a confiança dos alunos é um fator essencial para descobrir falhas no processo educacional e poder analisar melhor o trabalho do professor. Dar-lhe atenção, ouvindo suas reclamações, seus desejos e obter conhecimento do que fazem fora da escola, para elogia-lo perante o sucesso, acompanhar-lhes os esforços e anima-los quando necessário, além é claro de comentar o trabalho do professor.

“A qualidade do convívio escolar para a compreensão e valorização da dignidade, evidentemente vale para o respeito: o convívio respeitoso na escola é a melhor experiência moral que o aluno pode viver”. (P. C. N. 2001: 121).

A supervisão, quando á disciplina, poderia predispor a direção e o corpo docente para que no princípio de cada ano letivo, fossem elaboradas as normas disciplinares da escola considerando o comportamento do educando dentro e fora da sala de aula, mas com a participação dos mesmos nessa elaboração proposta.

Assim, é possível que, com determinado professor, os educandos tenham dificuldades em certos conteúdos e, através desta amizade o supervisor poderá com a descoberta desses desentrosamentos, reorientar o professor nesse aspecto, visando o resgate da interação professor e aluno, adicionar conteúdos que sejam do interesse dos discentes e proporcionar ao professor, através do diálogo, a assumir um compromisso claro e confirmando continuamente na prática da sala de aula, no sentido de um esforço constante que contribua para a eliminação das dificuldades e conflitos, dando vazão a um mesmo objetivo, o de formarmos cidadãos que sejam pensantes e que saibam ser críticos.

Com isso, esperamos que os alunos sejam capazes de perceberem e respeitarem o fato de existir, em uma equipe, onde suas opiniões, desejos e idéias, são diversificadas, formas de expressão, de participação e aprendizagens únicas de cada indivíduo.

Desejamos que os educandos sejam capazes de assumir responsabilidades para executar tarefas, que podem ser planejadas coletivamente ou individualmente, tendo noção de limites em relação às formas diferentes de contribuição dos participantes.

3.4 – PARCERIA PRODUTIVA: SUPERVISOR E DIRETO

Há diretores que não permitem que seja criado espaço para o supervisor trabalhar. Discutem de forma arrogante com os supervisores, tecem críticas destrutivas a respeito do trabalho do supervisor para os professores regentes de classe; desautorizam o supervisor diante dos professores, determinam que e como o supervisor deve atuar na escola, estabelecem uma relação de competição com supervisor.

A supervisão escolar é importância máxima à qualidade da aprendizagem, visando, por isso, ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do currículo e ao aperfeiçoamento geral do ensino, portanto, necessita do apoio de todas as entidades da escola, notadamente da orientação educativa. Se a administração aceitar plenamente a ação da supervisão estará garantida a possibilidade de atuação da supervisão. Caso contrário essa atuação será bastante prejudicada.

“A estratégia da práxis supervisora exige que o supervisor se relacione com o diretor, o professor ou com o aluno numa situação dialogal em que ouça e seja ouvido... E assim, o supervisor deve ser ouvido, pois há de ter o que dizer, no sentido da orientação, da ajuda, da assistência que dele é esperada. Como educador, o supervisor terá que ser autêntico, sabendo comunicar sua autenticidade e estando pronto para encontrar-se com a autenticidade dos outros”. (Heloisa Cardoso, in, Nilda Alves, 2000:137).

O supervisor pertence ao copo da orientação pedagógica e atua no âmbito da unidade escolar, sua lealdade maior deve ser para com o diretor do estabelecimento de ensino, do qual faz parte. É um elemento intermediário entre o diretor e os professores. Assim, as duas entidades devem complementar-se e nunca se digladiar, como infelizmente, costuma acontecer, o diretor é líder geral da escola e deve fazer com que o corpo docente aceite a atuação, e a supervisão, por sua vez apesar de não estar estritamente subordinada ao diretor, deve ser levada a efeito em harmonia com este. Ambos, diretor e supervisor devem ter em mira os mesmos objetivos e trabalhar cooperativamente para a plena realização dos educandos, integração dos mesmos na sociedade e atendimento das necessidades do meio.

3.5 – SUPERVISOR E COMUNIDADE: UMA CONQUISTA NECESSÁRIA

São tarefas das mais difíceis e necessárias da supervisão escolar, levar a escola à comunidade e trazer a comunidade à escola. É dever da escola promover a integração no tempo e no espaço, de toda a comunidade, através do estudo e comemoração de sua história, bem como através do estudo acurado da atual realidade.

Nos relatos de Nilda Alves “et all” descreve que:

“Quando a escola se abre e transpõe os seus muros entra a comunidade e com ela o cheiro de vida que a realidade de vidas em geral apartadas da escola vem encharcar enriquecendo o universo cultural escolar. A escola vai se transformando num lugar de estar, de fazer e de criar juntos, de dar e receber apoio”. (Nilda Alves, 2003: 137)

A escola que não tinha como uma de suas principais preocupações a comunidade, provavelmente estará atuando como um órgão de desajustamento do seu corpo discente. A supervisão deve proporcionar encontros das classes com as instituições significativas da comunidade. Esta incumbência pode ser efetivada através de: Centro Cívico, associação de ex-alunos, associação de amigos da escola, associação de pais e mestres, serviços de comunicação com a comunidade por meios de vias de comunicação com rádio, TV e imprensa, promoção de cursos de utilidade pública, com a cooperação do corpo docente e discente, em visitas a instituições sociais significativas, visitas a pais de alunos, com a cooperação do corpo docente e da oração educativa, promover palestras e cursos, destinados a pais de alunos, a fim de orienta-los para melhor educação dos filhos e incentiva-los à cooperação e promover pesquisas no meio quanto à realidade total dos educandos e suas famílias, bem como quanto às possibilidades e necessidades da comunidade e seu passado histórico.

O setor de relações com a comunidade é dos mais importantes para a formação da imagem da escola, da integração da mesma na sociedade, bem como o recolhimento de dados que possibilitem a reestruturação do currículo, afim de melhor leva-lo a atender as finalidades a que se propõe, que é servir da melhor maneira possível, o educando e a comunidade.

Sendo assim, a relação da escola com a comunidade promove a convivência com pessoas de variadas origens, logo, os alunos conhecem os diversos aspectos da comunidade levando-os até a se preocupar com possíveis problemas e conseqüentemente ajudar na solução dos mesmos, construindo condições para apreciação das inúmeras formas da vida humana, compreendendo e valorizando o conceito de dignidade pela cooperação.

Segundo Regina Leite Garcia, in, Rangel (1997), a escola começa a ser percebida como um espaço educativo da comunidade. A comunidade começa a se perceber como co-responsável pelo que acontece na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desta monografia, procuramos fazer uma análise, seguindo um caminho que permita uma abordagem centrada no eixo supervisão e participação. Nesse sentido, foi possível perceber o cargo de extrema relevância que o supervisor tem na transformação do contexto social, abrindo espaço no meio educacional para a cidadania. Ao considerarmos uma forma nova de administração, a escola tem o compromisso com os interesses dos trabalhadores, sendo assim, estabelece-se um novo horizonte para o supervisor escolar, onde os objetivos não são somente a participação de todos os setores, mas a colaboração recíproca dos envolvidos, onde se realiza o dia-a-dia na escola resgatando a história dos indivíduos. As vantagens de uma gestão participativa, onde as decisões são tomadas pelo grupo, não se referem apenas a democratização, mas sim, é voltada para fortalecer a unidade escolar onde a solução e as decisões são conseguidas de maneira horizontal.

Estou convencido da suma importância do supervisor escolar, onde é necessário confirmar suas alianças com qualidade dos trabalhos executados e com eficiência nos envolvimento dos fins específicos, tendo consciência no saber do educando, planejando com antecedência não para obtenção de notas, mas para a vida na qual em seus instantes todos são sempre cobrados e, portanto, para termos uma instituição de qualidade, significa mudar o gerenciamento e movimentar a coletividade. É urgente que os gestores saem da situação de comodidade e de abertura para todos os interessados se coloquem na sociedade como eixo principal na elevação do aprendizado educacional.

Vivemos hoje em tempo recente da educação brasileira, com desafios grandiosos a serem enfrentados com objetividade, ter espírito de análise e clareza dos fatos. Somente um supervisor, terá condições de encaminhar a escola a encontrar o seu verdadeiro caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda (Coord.), **O Trabalho coletivo na escola**, 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARNEIRO, Moacir Alves, **LDB Fácil**, 8. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação** (Atuais Tendências, Novos Desafios). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Supervisão para uma escola de qualidade**. São Paulo: Cortez, 2002.

GADOTTI, Moacir, **Educação e poder: introdução a pedagogia do conflito**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RANGEL, Mary e SILVA JUNIOR, Celestino Alves da, **Nove olhares sobre a supervisão**. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

PARÂMETROS curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 2001. V. 1 e 8.